

ADOLESCENTES, DROGAS E AIDS: AVALIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE PREVENÇÃO ESCOLAR

CÁSSIA BALDINI SOARES

Professora Doutora do Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da
Escola de Enfermagem da USP

PEDRO ROBERTO JACOBI

Professor Associado do Departamento de Economia e Administração Escolar da
Faculdade de Educação da USP

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de analisar um projeto de prevenção de drogas e Aids desenvolvido nas escolas públicas estaduais de São Paulo. A análise foi desenvolvida considerando-se a diversidade e a complexidade do uso contemporâneo de drogas e o papel da escola, como uma agência de socialização, ambos historicamente determinados. As concepções analisadas são concepções sobre drogas; a relação entre drogas e Aids – como um dos eventos vinculados ao processo saúde-doença; e concepções e objetivos da prevenção. A análise é baseada em documentos e nos depoimentos dos supervisores do projeto, professores treinados pelo projeto e estudantes que participaram das atividades. O estudo encaminha conclusões que implicam o ordenamento das políticas públicas de prevenção relacionadas a droga e Aids.

DROGAS – AIDS – ESCOLAS PÚBLICAS – ADOLESCENTES

ABSTRACT

ADOLESCENTS, DRUGS AND AIDS: EVALUATION OF A SCHOOL PREVENTION PROGRAM. The objective of this study was to evaluate a São Paulo state public school drugs and Aids prevention project. The analysis was developed considering the diversity and complexity of contemporary drug use and the school role, as a socialization agency, always historically determined. The conceptions analyzed are conceptions about drugs; the relation between drugs and Aids – as a possible consequence to the health-illness process and prevention objectives. The analysis was based on documents, the statements of program supervisors, school teachers trained by the program and students who participated in the program activities. The conclusions presented have implications for public policies related to drugs and Aids prevention.

Texto redigido com base em tese de doutorado, apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com concessão de bolsa pela Fapesp.

INTRODUÇÃO

O estudo da prevenção relacionada ao uso de drogas e dirigida aos adolescentes tem natureza interdisciplinar, o que implica levar em consideração os três pólos envolvidos nesse processo: a droga utilizada, o contexto histórico e cultural e a classe social a que pertence o adolescente, sem perder de vista suas características singulares – de personalidade e trajetória de vida¹.

A escola, devido à possibilidade de acesso aos jovens e à natureza educacional do seu trabalho, é considerada, em todo o mundo, o *locus* privilegiado dos programas de prevenção dirigidos aos adolescentes. No entanto, podem-se observar de diferentes ângulos da sociedade a relutância e o despreparo da instituição escolar para lidar com os problemas sociais e as transformações culturais da sociedade contemporânea, especialmente com temas considerados tabus como é o caso de *drogas* e *Aids*.

É também notável, entre os estudos até hoje conduzidos, a ausência de trabalhos que tomem como referência empírica o espaço educacional, seja os que se refiram aos programas de prevenção, sejam os que se refiram à avaliação desses programas. Isso certamente repercute no encaminhamento das práticas e políticas públicas dirigidas às drogas (MEC, 1994): quando existentes, as ações governamentais são prioritariamente de natureza repressiva (Bucher, 1992). Mais particularmente, no âmbito da escola, tanto na esfera federal quanto na estadual, as políticas públicas são marcadas pela descontinuidade e pelo casuísmo (Carlini-Cotrim, 1992).

O discurso e a prática dominantes na área de prevenção de drogas têm seguido os cânones tradicionais da “guerra às drogas” que – sob a égide da orientação norte-americana – prioriza sua atuação junto ao pólo das drogas, desconsiderando a relevância do contexto social e dos aspectos individuais que estão em jogo no processo de iniciação ao consumo de drogas (Musto, 1987; Henmam, 1994).

No entanto, vêm eles sofrendo críticas, principalmente originárias dos países europeus, e nota-se uma tendência mais recente, embora minoritária, de se estruturar programas comprometidos com uma visão mais realista e menos reducionista da problemática das drogas. Nesse sentido, a perspectiva de “redução de danos” começa a ser aplicada no âmbito da educação sobre drogas (Duncan et al., 1994; Cohen, 1993).

A “redução de danos” consiste numa estratégia oriunda do campo da Saúde Pública que leva em consideração que a utilização de drogas é uma realidade e que a melhor maneira de enfrentá-la é minimizar suas conseqüências prejudiciais e aceitar como sucesso, não apenas

1. Podem-se identificar obras consagradas na área – provenientes de diferentes campos do saber – que enfatizam a necessidade de que essas dimensões sejam consideradas em qualquer aproximação que se faça do problema. Para isso veja, entre outros, a obra do psiquiatra francês Olievenstein (1984); a obra do sociólogo americano Becker (1973); a obra do médico americano Zinberg (1984); a obra educacional patrocinada pela Unesco, de Nowlis (1980), entre outras.

a abstinência de drogas, mas qualquer passo dado na direção da diminuição desses prejuízos (O'Hare, 1994; Duncan et al., 1994; Bastos, Mesquita, Marques, 1998; Mesquita, 1994).

Este trabalho relata o produto da análise de um programa de prevenção, dirigido a escolares, relacionado ao uso de drogas e à Aids, conseqüentemente ao consumo de droga – o Projeto Escola é Vida² –, segundo a maneira como os pólos envolvidos na interação dos adolescentes com as drogas foram considerados. Para tanto, valemo-nos de considerações teórico-metodológicas sobre as diferentes categorias conceituais que desejávamos considerar no processo de análise: concepção sobre drogas; relação entre drogas e Aids; concepções, pressupostos, métodos e objetivos da prevenção.

A análise foi baseada em documentos e material de entrevistas realizadas nos vários níveis de atuação do projeto: supervisores, professores e público-alvo principal – os adolescentes escolares.

CATEGORIAS ANALISADAS

Concepção sobre drogas³

Para dar conta da tarefa de entender qual a concepção sobre droga que norteou o projeto analisado, foi necessário percorrer a teoria na área. Existe uma noção generalizada de que o uso de drogas tem-se disseminado no mundo contemporâneo ocidental assumindo, no entanto, **características diferenciadas nos diversos contextos socioculturais e econômicos específicos**. Essas diferenças “acompanham as fronteiras de estratificação socioeconômica mais geral (...), mas associam-se também a distintas orientações e tradições culturais e às peculiaridades no consumo de drogas específicas...” (Velho, 1994b, p. 24).

Alguns “movimentos” se sobressaem em alguns estudos tornando-se demonstrativos dessa diversidade quando tomamos por referência a juventude. No contexto apontado por Ehrenberg (1991), por exemplo, em relação aos anos 60, a utilização de drogas aparecia pelo seu caráter contestatório. Seus ideólogos buscavam contrapor-se aos ideários da sociedade burocrática capitalista que uniformizava valores – e ainda o faz –, estabelecendo uma nova maneira de viver que procurava romper com os regulamentos dessa sociedade criticada.

2. O projeto “Escola é Vida” representou oficialmente a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo como parte de um programa estadual que envolvia várias secretarias e que se intitulava “Programa permanente de prevenção ao uso indevido de drogas”, entre 1991 e 1994. É importante esclarecer que, embora o projeto em questão tenha tido uma finalidade mais ampla, envolvendo questões de sexualidade e prevenção da Aids em geral, dirigimo-nos apenas aos aspectos concernentes à prevenção ao uso de drogas e da Aids.

3. Nosso objeto de estudo teve como motivação principal o estudo das questões relacionadas às drogas ilícitas devido às especificidades envolvidas na sua utilização e prevenção e que abordaremos ao longo deste trabalho. No entanto, tangencia também a problemática das drogas lícitas.

Também no Brasil, a partir dos anos 70, houve uma clara disseminação do uso da maconha nas “camadas médias” brasileiras, que acompanharam as propostas de estilos de vida “contraculturais”, especialmente da Zona Sul do Rio de Janeiro (Velho, 1994b).

Já as particularidades do contexto atual francês constituem-se em contraponto a essas motivações de uso: elas estão associadas com transformações sociais que fazem re-ucuar ideais e projetos utópicos, promovem o individualismo, a intensa valorização do consumo e o desenvolvimento de uma consciência sobre o corpo e a saúde voltada para o prolongamento da juventude. Assim é que o uso de drogas nesse contexto vem responder a diferentes finalidades: trata-se de um produto de consumo que serve a várias demandas e a diferentes consumidores (Ehrenberg, 1991).

Uma das respostas dos jovens europeus a esse “mal-estar contemporâneo” – calca- do no individualismo e no consumo –, no fim dos anos 80 e início dos anos 90, aparece com o consumo de uma “nova droga”. O *ecstasy*⁴ parece produzir empatia e sincronia com o outro e com o grupo. As músicas e posturas associadas a essa droga dizem respeito à necessidade de ser original, de “ser você mesmo”. O movimento *rave* significa a união dessa droga, da música e da dança, numa química que produz convivência afetuosa entre os jovens. Os usuários confirmam que passaram a “curtir” muito mais a dança e sentir-se mais perto da natureza e mais cuidadosos com o outro. Muitos afirmam que o *ecstasy* melhorou sua vida social (Saunders, 1997).

Tal combinação propiciou o “desenvolvimento da maior subcultura jovem que a Inglaterra já teve” (McDermott, et al. 1993, p. 231). Há notícias de que entre escolares britânicos – excetuando-se a maconha – *ecstasy* é a droga mais freqüentemente utilizada, tendo-se tornado normal usá-la em alguns ambientes jovens (Saunders, 1997).

A utilização de drogas na sociedade contemporânea pode significar também um movimento dinâmico de aquisição de novos hábitos que vão se difundindo na sociedade e ganhando um caráter cultural mais geral. Nesse sentido, a pesquisa italiana sobre percepção e comportamento dos jovens em relação às normas sociais mostra uma difusão de “novos modelos culturais” mediante seus posicionamentos e comportamentos em relação às dro- gas. O uso de drogas parece se constituir – pelo menos no que diz respeito ao uso ocasio- nal – numa experiência encarada como “normal” e bastante disseminada (Buzzi, 1993).

No Brasil de hoje, pode-se observar consumo de drogas diferentes, por jovens de diferentes classes sociais. Entre jovens pobres, a presença marcante do tráfico acaba por influenciar as suas escolhas. Especialmente, a expansão do mercado de cocaína e *crack* – que provocam uma forte compulsão para o uso – envolve o usuário numa trajetória que, quase invariavelmente, termina com a perversa combinação de exclusão social, cadeia e morte violenta (Zaluar, 1996).

4. *Ecstasy* é a denominação de uma droga da família da feniletilamida – MDMA –, cujo efeito primário atua sobre o humor (McDermott et al., 1993).

Embora os exemplos dados não esgotem a diversidade de contextos, motivações e tipos de relações que os indivíduos podem manter com as drogas, eles são demonstrativos de que, pelo menos uma parcela do consumo de drogas está, contemporaneamente, situada no plano da incapacidade de integração social dos jovens levando-os a **comportamentos divergentes** ou ao desenvolvimento de uma **cultura própria** que corresponda à necessidade de estar num grupo social que lhes assegure uma identidade. Acresce ainda que os novos valores acabam por se difundir entre eles e o uso de certas drogas pode tornar-se um **hábito tolerado** pela sociedade.

A RELAÇÃO ENTRE DROGAS E AIDS

Para perceber como o projeto se posicionou em relação a uma das possíveis conseqüências prejudiciais do uso de drogas, é necessário dar um mergulho na relação entre drogas e Aids. O primeiro aspecto a considerar diz respeito à aproximação entre a transmissão do HIV e o uso de drogas injetáveis. Acredita-se que, apesar de a porcentagem de adolescentes notificados com Aids ser relativamente pequena, um número grande de pessoas portadoras do HIV tenha se infectado na adolescência, uma vez que o período de incubação entre a infecção e o diagnóstico é, em média, de dez anos (Benenson, 1990).

Na realidade, o uso específico de drogas injetáveis propriamente dito, entre adolescentes, compõe um quadro pouco conhecido no Brasil (Bastos, 1996). Os levantamentos estatísticos confirmam que, entre nós, a maioria das drogas usadas entre escolares é considerada "lícita"⁵. Depois do álcool e do tabaco, estão sendo mais usados os medicamentos e solventes (Galduróz et al., 1994; Galduróz et al., 1997). Dentre as "ilícitas", o uso de cocaína por jovens brasileiros parece ser compatível com o de outros países, chegando mesmo a ser considerado reduzido quando comparado a alguns países desenvolvidos (Carlini-Cotrim, 1992). O consumo de drogas por via injetável, entre meninos de rua, foi citado por um número relativamente baixo de entrevistados (Noto et al., 1998; Noto et al., 1997). Sabemos que o usuário de drogas injetáveis, em média, só começa a utilizar essa via de aplicação a partir dos 19 anos, comumente depois de ter experimentado outras formas de uso (Who..., 1993). Essas observações permitem inferir que os usuários de drogas injetáveis não estariam – na sua grande maioria – entre estudantes de segundo grau e menores de rua (Bastos, 1996).

O perfil dos adolescentes que adquiriram Aids pelo uso de drogas injetáveis – a par de eles se constituírem ou não em exceções à regra – mostra que em algum momento tiveram contato com a escola, embora a tenham abandonado ou estejam atrasados nos estudos e, muitos deles, confirmem o desinteresse pela escola. Uma porcentagem considerável desses adolescentes está internada em instituição que abriga adolescentes infratores,

5. No Brasil, cabe ao Ministério da Saúde a elaboração da listagem de drogas lícitas e ilícitas.

evidenciando a sua participação na rede de relações sob a qual se constrói a criminalidade. Parte deles confirma a simultaneidade do seu envolvimento com atividades socialmente condenadas e com o uso de drogas ilícitas. Muitos deles mostram o ambiente de negligência social em que estão submersos (Soares, 1997).

Outro aspecto que merece ser tratado no que se refere à transmissão do HIV é o fato de que grande parte dos usuários é sexualmente ativa (Bucher, 1995). No entanto, não se deve inferir a existência de uma relação causal entre uso de drogas e prática de sexo desprotegida, pois os efeitos das drogas sobre o comportamento são marcados também por componentes subjetivos e por aqueles provenientes das normas de subculturas de usuários e de mitos sobre os efeitos (Becker, 1977). Assim, não necessariamente, o uso de drogas leva ao comportamento sexual desprotegido (Rhodes, 1996).

Concepções e objetivos da prevenção: guerra às drogas versus redução de danos

Consideramos que a essencialidade – aquilo que dá a marca registrada de um programa de prevenção – está em definir claramente não só as concepções, mas também os objetivos dos programas – seu referencial teórico-metodológico – e, portanto, os seus pressupostos ideológicos, ou seja, a visão de mundo que segue.

Nesse sentido, a análise do programa de prevenção inscrito no Projeto Escola é Vida passou pelo necessário confronto com as vertentes teóricas, metodológicas e ideológicas que sustentam as duas principais abordagens no plano da prevenção de drogas já mencionadas: a “guerra às drogas” e a “redução de danos”. Por isso é que a seguir trataremos dos principais aspectos (concepção, pressupostos, ideologia, métodos e objetivos) que caracterizam tais abordagens, estabelecendo assim os limites teóricos e conceituais que estruturam a nossa análise.

Guerra às drogas

A “guerra às drogas” traduz na sua própria designação a maneira como a sociedade tem, predominantemente, reagido ao processo histórico do uso de drogas. Trata-se de uma **concepção** que tem desconsiderado os diferentes significados que o uso de drogas vem adquirindo desde a Antiguidade: religioso, cultural, contracultural, entre outros (Escotado, 1992). Está, portanto, alicerçada em **pressupostos** – de natureza idealista – de que é possível existir uma sociedade livre de drogas.

A verificação da história recente deixa parecer que o tratamento da questão das drogas pela sociedade é caracterizado por ciclos de tolerância e intolerância (Carlini-Cotrim, 1992). No fim do século XIX, por exemplo, havia tolerância social com a cocaína que era popular nos Estados Unidos e usada como tônico para tratar sinusite e curar o vício do álcool, do ópio e da morfina. A intolerância à cocaína foi, porém, se definindo diante dos temores dos brancos sobre os seus efeitos estimulantes em pessoas negras (Musto, 1987).

Da mesma forma, no início do século XX, explica Musto, começaram a emergir outros tipos de restrições ao uso de drogas:

O medo de que fumar ópio facilitasse o contato sexual entre chineses e americanos brancos foi também um fator na sua proibição total. Acreditava-se que os chicanos do Sudoeste podiam ser incitados à violência por fumar *marihuana*. Heroína estava ligada nos anos 20 com grupos etários turbulentos: adolescentes de gangues urbanas temerárias e promíscuas. O álcool era associado aos imigrantes que enchiam cidades grandes e corruptas. Em cada instância, o uso de uma droga em particular era atribuído a um grupo minoritário, identificável e ameaçador (1987, p. 244-5).

Já nos anos 60, o incremento no uso de drogas ilícitas acompanhou o aumento da tolerância ao seu uso. Tratava-se de uma época de intenso crescimento econômico nos Estados Unidos. Nessa fase de crescimento do mercado consumidor, havia uma enorme demanda para consumir bens que fizessem as pessoas se sentirem confortáveis. Além disso, os jovens estavam estressados pelos efeitos da guerra do Vietnã e se sentiam encorajados a atacar a cultura tradicional, tomando como referência o movimento *hippie*.

Com a eleição de Nixon em 1969, recrudesceram os projetos de antagonismo ao uso de drogas. Ele foi mesmo eleito em cima de uma plataforma que propunha “restaurar a lei e a ordem” e, dessa forma, reeditando a “guerra às drogas”.

Mais recentemente, em 1982, o governo Reagan – e depois seu sucessor Bush – passou a dar novo fôlego ao projeto de “guerra às drogas”. Na análise de Chomsky (1998), a política econômica dessa época ampliou a desigualdade social nos Estados Unidos e impôs a necessidade de controlar a população. Nos anos 80, registrou-se um aumento no uso de drogas entre os pobres – especialmente entre os negros e hispânicos – que, sob a égide da “guerra às drogas”, passavam a ocupar mais e mais as prisões americanas. “A guerra às drogas é uma guerra contra os pobres (...)”. Assim, a criminalização do usuário – grande arma usada nessa guerra – mostra-se responsável por considerável parcela do impacto negativo que o uso de drogas vem promovendo.

Bucher e Oliveira (1994, p. 141) revelam a **ideologia** orientadora dos textos que fundamentam a “guerra às drogas”: seus conteúdos “remetem-nos a uma visão preconceituosa, repressora e, por vezes, moralista (...)” Predominam, assim, a persuasão, a idéia de um saber único e exclusivo, dono de uma única face; a omissão ou superficialidade no tratamento de dados, propondo uma informação tendenciosa e dirigida; a idéia de que o indivíduo está indefesamente à mercê da droga faz despertar um sentimento de proteção paternal que enfatiza a autoridade; a apresentação da droga como um mal em si, sem considerar o contexto, os vários tipos de uso, ou os indivíduos e suas particularidades.

Nas últimas décadas, os esforços dessa guerra têm-se traduzido em verdadeiras batalhas que se espalham em diferentes ramos de atividades contra pessoas que vendem, compram, e, principalmente, contra as pessoas que consomem drogas ilícitas. Essas pes-

soas, não raramente, são comparadas a “jumentos”, “ovos fritos” e, quando não são culpabilizadas por sua condição, são tratadas como pessoas fracas e sem personalidade.

Assim, usando recursos de menosprezo do sujeito usuário e aterrorizando a sociedade com meias-verdades sobre as relações dos indivíduos com as drogas – tomando como exemplos apenas os casos extremos –, difunde-se a face intolerante dessa guerra sob a qual sustenta-se a legislação antidrogas.

Essas concepções estão também presentes nas matérias veiculadas pela imprensa escrita. A mídia tem-se mostrado cada vez mais alarmista no tratamento que dispensa à questão das drogas (Carlini-Cotrim et al., 1995). Invariavelmente, dá ênfase às “cenas da droga” e relata com destaque as mortes de pessoas famosas por *overdose*, tratando de relacionar drogas ilícitas com “vidas irregulares” e “fins trágicos”.

No âmbito da escola, essa abordagem tem produzido diferentes modelos de intervenção que reproduzem a mesma ideologia. Textos e manuais de treinamento de professores utilizados em programas escolares defendem que se estimulem o aumento da responsabilidade individual e o desenvolvimento da autodisciplina por intermédio de estratégias pedagógicas behavioristas que promovam comportamentos adequados pela repetição e pelo condicionamento. Os discursos são notadamente autoritários, desestimulam a crítica por parte dos jovens, além de imprimir “um clima de pânico” e amedrontamento entre eles (Acserald, 1989).

Para os jovens, fica muito difícil acreditar nessas mensagens, pois ao experimentarem drogas ou voltarem-se para seus pares usuários, encontram relatos incompatíveis com tais informações e têm, eles mesmos, experiências diferentes.

Os **métodos** utilizados pela abordagem da guerra às drogas são punitivos e controladores (Carlini-Cotrim, 1992), partem de fórmulas massificadoras, universalistas – aplicáveis em qualquer situação – que abstraem os indivíduos de sua singularidade e não levam em consideração seus valores ou sua inserção social. Dessa forma, não têm em conta a necessidade de pensar na realidade de cada escola, de cada espaço geossocial que faz o entorno da instituição educacional. Finalmente, parte-se do princípio de que o modelo a ser aplicado – quase sempre engendrado a partir de estudos norte-americanos – tem supremacia sobre a análise da realidade local.

O **objetivo** da prevenção nessa fórmula é único: a abstinência de qualquer uso de droga entre a juventude (Carlini-Cotrim, 1992). Tal postura não aceita objetivos e metas intermediários ou provisórios que possam ser alcançados em situações nas quais a abstinência total é difícil de ser conseguida, por isso ficou também conhecida como tolerância zero (*zero tolerance*) ou América livre de drogas (*drug free America*).

Redução de danos: ruptura na concepção de prevenção

Como contraposição à “guerra às drogas”, que tem fundamentado a maior parte das estratégias da prevenção, ao longo das últimas décadas, a abordagem da redução de

danos, inicialmente proposta nos países europeus e bastante desenvolvida na Austrália, vem tomando corpo em todo o mundo.

Conforme O'Hare (1994, p.66), essa concepção foi originalmente formulada na Inglaterra, descrita no Relatório Rolleston, de 1926, concluindo "que a manutenção de usuários por meio do emprego de opiáceos é o tratamento mais adequado para determinados usuários". Reconhecia-se, dessa forma, que indivíduos dependentes, para os quais a interrupção total da droga seria impossível ou muito difícil, seriam muito menos prejudicados pelas conseqüências adversas do seu consumo, se pudessem ser supervisionados no seu uso de drogas, recebendo-as por prescrições médicas e preservando suas possibilidades de exercer atividades. O relatório passou a legitimar as estratégias de redução de danos (Berridge, 1993).

Com o advento da Aids, nos anos 80, houve um crescimento significativo da idéia de que a redução de danos seria uma estratégia mais realista de prevenção, o que foi reconhecido pelo principal corpo de especialistas em política de drogas na Inglaterra (Berridge, 1993). A constatação de que o HIV poderia ser transmitido por práticas relacionadas ao uso de drogas injetáveis – compartilhamento de seringas e agulhas – favoreceu a adoção dessa estratégia no campo da Saúde Pública⁶ (O'Hare, 1994).

No Brasil, muitas barreiras têm sido impostas à implementação de programas de redução de danos, tanto no plano legal quanto no plano político, fazendo com que algumas ONGs e iniciativas governamentais isoladas assumam praticamente sozinhas os encaminhamentos que o projeto da redução de danos propõe⁷.

Fora do terreno das drogas injetáveis e da Aids, dentre as múltiplas estratégias de redução de danos, figura o programa holandês de venda controlada de maconha, prática esta que tem sido avaliada positivamente. Na Holanda, a maconha permanece ilegal em termos jurídicos, mas os órgãos de segurança não têm agido no sentido de averiguar a posse da droga para uso pessoal. A venda e a posse de até 30 gramas de maconha são de fato legais, sendo feitas em *coffee shops* licenciados para tal. A estratégia política holandesa foi implantada em 1976 e não há evidências de aumento de consumo de maconha no país, desde então (Morgan, Riley, Chesher, 1993).

Reduzir danos fundamenta-se em concepção menos reducionista que a anterior, pois se apóia na noção de que há possibilidade de ocorrência de danos provenientes dos três pólos que estão envolvidos no uso: da substância em si (como ocorre com o fígado no caso do álcool, por exemplo); da técnica utilizada para usar a droga (como no caso da

6. Atualmente, há uma variedade de programas para prevenir a transmissão do HIV que inclui informação; tratamento da dependência; distribuição de hipoclorito de sódio para desinfecção de seringas e agulhas; troca de seringas; testagem do HIV e aconselhamento, entre outros. Esses programas têm sido positivamente avaliados (Des Jarlais, Friedman, 1993), mostrando-se mais ou menos adequados a depender da compatibilidade à realidade local e do conjunto de barreiras legais impostas ao trabalho, entre outros fatores (Mesquita, 1994).

7. Ressalte-se que o governo do Estado de São Paulo, recentemente, cedeu à pressão para legalizar os programas de troca de seringas (São Paulo, 1997).

transmissão do vírus da hepatite B ou do HIV por compartilhar equipamento injetável); e do contexto (dirigir alcoolizado, por exemplo), podendo haver então propostas de redução de danos nesses diferentes âmbitos (Strang, 1993).

Os pressupostos da abordagem de redução de danos estão vinculados ao entendimento de que: a utilização de drogas é uma realidade comprovada historicamente em todas as sociedades; os indivíduos continuarão a se utilizar de substâncias que modifiquem a sua psicoatividade; as medidas tomadas pela guerra às drogas para prevenir o uso de drogas têm, na verdade, aumentado os danos associados.

Essa abordagem aceita um leque de objetivos que abrange qualquer tipo de avanço no sentido de minimizar os prejuízos que possam advir do uso de drogas, e, portanto, não visa somente à abstinência, como única meta aceitável.

O movimento da redução de danos associados às drogas representa também, no campo educacional, uma mudança. Duncan et al. (1994, p. 281) colocam a questão da seguinte forma: "Redução de danos é uma política de prevenir danos potenciais relacionados ao uso de drogas ao invés de tentar prevenir o uso propriamente dito." De acordo com os autores, essa concepção amplia e modifica tanto os métodos, quanto os conteúdos tradicionalmente utilizados na área da prevenção primária educacional.

Ao assumir a complexidade e as várias dinâmicas que atuam para que o comportamento do uso de drogas se forme, tais métodos não propõem soluções simples e únicas (O'Connors; Saunders, 1992), mas adequadas a cada realidade, que atuem nos três pólos – o contexto, o indivíduo e a droga – não se limitando ao pólo da droga em si. Assim, esses métodos não se propõem ser modelares, mas adaptados a cada situação.

Ao criticar o condicionamento, essa abordagem passa a requerer que os programas escolares incorporem e disseminem informações verdadeiras sobre drogas (Cohen, 1993) e sobre os pólos que atuam nessa teia para que os estudantes possam dispor dos elementos de que necessitam para compreender esse processo.

Assim, no nosso entender, essa abordagem dá abertura para abraçar uma educação preventiva que "desaliena" e "capacita" os indivíduos e grupos. Ao conhecer e analisar criticamente as contradições sociais, os adolescentes podem se apoderar dos elementos necessários para fazer escolhas positivas durante sua trajetória, em vez de voltarem-se contra si mesmos como alvo da sua própria desintegração social.

A redução de danos responsabiliza as agências de socialização por cuidar da questão de maneira realista. Nesse caso, a atitude das agências não deve ser aquela de "jogar a questão para debaixo do tapete" ou "lutar contra a droga", mas deve ser a de ensinar os jovens a conviver com a sua existência, como se convive com a existência de outros bens de consumo, de outras formas de prazer, e alertá-los para possíveis conseqüências prejudiciais, como se alerta sobre gravidez precoce, acidentes de trânsito, dietas alimentares e outras condições indispensáveis na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida.

À escola caberia a responsabilidade – como uma agência de socialização – de apreen-

der a realidade de seus estudantes, sem perder de vista a análise mais geral dos aspectos referentes às contradições do sistema econômico e da modernidade. Como a realidade de uma escola da periferia e de seus adolescentes não é a mesma de uma escola de um bairro de classe mais alta, não se trata de veicular manuais genéricos com receitas infalíveis de como tratar o uso de drogas nas escolas. Assumir a redução de danos torna, portanto, necessário que o sistema de ensino se posicione e forneça as diretrizes da prevenção: objetivos, filosofia, metodologia de trabalho. É necessário, enfim, que a escola assuma a posição que lhe cabe na socialização do jovem.

As estratégias preventivas devem ser desenhadas no sentido de que se atue a partir das interações sociais e formas de socialização que acontecem a partir do entorno social mais próximo e que são reconhecidas e valorizadas pelos adolescentes. É preciso portanto conhecer essas realidades específicas.

Isso deve ser feito menos com um sentido de ditar normas disciplinares incompreensíveis àqueles a que se destina, e mais com um sentido de possibilitar a organização do processo de compreensão da realidade. É preciso portanto conhecer os métodos para essa finalidade.

É preciso, ainda, estar atento aos mecanismos pelos quais os significados são construídos no curso das interações sociais. Tais mecanismos envolvem subjetividades capazes de mobilizar afetivamente os jovens para compreender, não só racionalmente, mas também emocionalmente, e aprender a viver sem se prejudicar.

Acreditamos que, para a abordagem de redução de danos, estratégias que se utilizem de grandes jargões simplistas e inverídicos não funcionam. Mensagens gerais devem reconhecer e utilizar os símbolos juvenis atuais de forma a interagir, ainda que num sentido virtual, com os adolescentes.

Essa abordagem pretende desmistificar as idéias preconcebidas de que os adolescentes que têm alguma forma de relação com alguma droga são todos sem objetivos de vida, agressivos, desregrados, anti-sociais ou estranhos. Embora isso possa eventualmente acontecer, tal homogeneização constitui um preconceito que alimenta a intolerância e estimula o consumo.

A educação para a redução de danos pode ter um caráter transformador, conquanto faça avançar o entendimento da sociedade por referência à problemática do uso de drogas e não apenas reproduza a ideologia dominante da guerra às drogas.

CAMINHO METODOLÓGICO

A avaliação é uma das etapas do trabalho previstas no projeto que analisamos aqui (São Paulo, 1992) e é defendida por especialistas da área de prevenção de drogas (Associação..., 1990). Esta avaliação procurou, em primeiro lugar, fazer um levantamento processual sobre o programa Escola é Vida, buscando nele os elementos para entender o contexto

em que se desenvolveu, além das suas premissas filosóficas e da sua orientação metodológica. Para isso, analisamos, numa primeira etapa, o material documental sobre o projeto e informações obtidas com a sua coordenação técnica. Num segundo momento, procuramos analisar questões relacionadas ao conteúdo desenvolvido. Mais especificamente, analisamos como os conteúdos foram compreendidos e assimilados nos vários níveis de atuação do projeto, utilizando, para a coleta de dados, dois instrumentos diferentes, aplicados aos entrevistados de acordo com suas inserções no projeto: supervisores e professores e os adolescentes, público-alvo principal.

Os critérios utilizados para a escolha das escolas a serem pesquisadas foram: escolas que tivessem participado intensamente do projeto e que pertencessem a regiões diversificadas do Município de São Paulo. Não usamos, portanto, uma amostragem do tipo probabilístico, mas, ao contrário, uma amostragem do tipo dirigida, em que os entrevistados foram selecionados por sua participação ativa no projeto. Esse método é chamado de "amostragem teórica" e requer informantes ou grupos específicos que conheçam muito bem a situação estudada (Parlett; Hamilton, 1982). Foram assim pesquisadas duas escolas da 12ª Delegacia de Ensino, Unidade Experimental⁸, duas da 19ª e uma da 18ª. O material foi coletado durante o ano de 1995, ou seja, no ano em que o projeto vinha sendo desativado.

Para cumprir o objetivo de captar os vários níveis em que o trabalho aconteceu, entrevistamos cinco supervisores da Equipe Técnica Central (primeiro nível de supervisão), responsáveis pela capacitação e pelo acompanhamento da Equipe Técnica Volante (nível regional). Três dos membros dessa Equipe Central haviam anteriormente atuado como Equipe Volante. A Equipe Central era também responsável pela supervisão direta da 12ª Delegacia. As Equipes Volantes, por sua vez, atuavam em outras delegacias regionais de ensino – tanto no interior como na capital – na implementação do programa, na capacitação de professores e funcionários e na supervisão constante dos trabalhos nas escolas. Foram também entrevistados quatro membros dessas equipes volantes que atuavam na 19ª e 18ª Delegacias, num total de nove supervisores nesses dois níveis de atuação, que se superpõem em várias funções e que, no nosso trabalho, trataremos como **supervisores**.

Para dar conta do nível de atuação local do projeto foi entrevistado um total de dez professores e funcionários das cinco escolas pesquisadas, designados todos daqui em diante como **professores**, uma vez que constituem a maioria dos entrevistados e diante do fato de que suas funções dentro do projeto se efetivavam na escola propriamente dita.

8. O projeto se desenvolveu a partir de um trabalho realizado na 12ª Delegacia de Ensino da Capital: o Projeto "Adolescente", que tinha por objetivo capacitar professores e funcionários das escolas a fim de desenvolverem ações preventivas em suas unidades. Em 1991, esse trabalho serviu de modelo para o projeto Escola é Vida que passou a ter na 12ª Delegacia, sua Unidade Experimental. Conforme apuramos, devido a uma demanda proveniente de outras delegacias, o projeto acabou se expandindo para outras áreas antes do prazo inicialmente proposto para desenvolver um piloto e avaliá-lo. Expandiu-se notadamente para algumas cidades do interior e, em São Paulo, para a 19ª Delegacia e outras como a 18ª, a 20ª, a 3ª e a 5ª.

Nas escolas pesquisadas foram realizados grupos focais de cerca de sete alunos cada, com idade entre 12 e 18 anos, perfazendo um total de oito grupos: quatro de adolescentes do sexo feminino e quatro de adolescentes do sexo masculino. No total, participaram da pesquisa 56 **escolares**, selecionados aleatoriamente entre aqueles que participaram de atividades relacionadas ao projeto

CONHECENDO O PROJETO ESCOLA É VIDA

Contextualização e objetivos

Esse projeto representou oficialmente a Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo como programa estadual de prevenção ao “uso indevido de drogas”. O objetivo programático era o de desenvolver ações preventivas, classificadas de acordo com os níveis de intervenção, em “ações específicas e inespecíficas” (São Paulo, 1993). As chamadas “ações específicas” diziam respeito à informação e à educação para a saúde enquanto as “inespecíficas” eram descritas como aquelas que deveriam atuar mais amplamente sobre as causas relacionadas ao “uso de drogas”.

A análise de documentos e informações relativas ao projeto revela que ele foi gestado a partir das concepções do documento “Valorização da Vida”⁹ e do Projeto Adolescente, a que já nos referimos acima. Com a mudança da gestão no governo estadual, esse projeto foi bruscamente interrompido no início de 1995.

Filosofia do projeto: valorização da vida

O programa fundamentou-se na visão de que a escola é a instituição capaz de promover a formação integral da criança e do adolescente, o que pode fazê-lo a partir de uma postura educacional crítica. De acordo com sua influência, assumiu uma postura voltada para a valorização da vida, o que significaria abrir espaços para a expressão de valores e sentimentos, além das informações e dos conhecimentos técnicos e científicos. Para atender integralmente o aluno, deveriam ser desenvolvidas ações preventivas voltadas para a melhoria da qualidade de vida (São Paulo, 1992).

O Projeto Escola é Vida propôs-se a oferecer informações sobre drogas, sexualidade, adolescência e Aids num contexto de interação entre professor e aluno. Considerava que todos os membros da escola deveriam estar envolvidos e que a escola deveria oferecer

9. Em 1991, a pedido do Ministério da Educação, em convênio com a Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, a Associação Brasileira de Estudos de Alcool e outras Drogas – ABEAD – elaborou o Programa Valorização da Vida. O documento propõe um programa cujo objetivo é prevenir o consumo de álcool, tabaco e outras substâncias psicoativas entre escolares de primeiro e segundo graus, reforçando o desenvolvimento das ações que expressem a valorização da vida (Associação..., 1990, p. 30).

aos seus alunos atividades prazerosas e motivadoras que possibilitassem o desenvolvimento de sua criatividade para despertar sentimentos e experiências de participação social (São Paulo, 1992).

Na medida em que partiu do pressuposto de que a interação do indivíduo com a droga deve ser contextualizada, o projeto preconizou o crescimento de temas relativos ao meio ambiente e à saúde, como formas adequadas para se desenvolverem atividades preventivas, pois tais temas estariam envolvidos na discussão dos fatores tanto de risco quanto protetores na trajetória de vida dos adolescentes. As ações de intervenção propostas caminharam portanto no sentido de minimizar esses riscos e potencializar os elementos de proteção (São Paulo, 1992).

Métodos preconizados pelo projeto

O projeto preconizava seguir uma metodologia “participativo-constructivista” (São Paulo, 1992) que incluía: a formação, em cada Delegacia de Ensino, de equipes que planejariam, executariam e avaliariam ações de prevenção ao uso indevido de drogas e Aids; a capacitação de professores para que eles desenvolvessem projetos de educação preventiva em suas escolas. Desde a sua implantação, foi descrito como a “tentativa de entregar ao educador o papel de agente da prevenção, de chamá-lo para a reflexão e para a definição de caminhos a serem seguidos futuramente no que se refere à prevenção em escolas da rede pública estadual” (Siqueira, 1993, p. 28).

O projeto propôs-se, ainda, a discutir e rever valores e preconceitos relativos aos temas abordados e preconizou que seria por meio de vivências e discussões que as questões polêmicas a respeito de drogas, sexualidade e Aids poderiam ser tratadas com mais propriedade.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

De maneira geral, a análise do material mostra que o projeto Escola é Vida foi concebido como um projeto de caráter fundamentalmente pedagógico que pretendia, pela capacitação e pelo acompanhamento – longos e complexos –, redimensionar abrangentemente a postura do professor diante do aluno e, principalmente, dos problemas contemporâneos da adolescência. Pretendia, dessa forma, transmitir valores éticos, de solidariedade e cidadania, que contribuíssem para a formação global do adolescente e para a “valorização da vida” (São Paulo, 1992; Associação..., 1990). O adolescente poderia dispor, dessa forma, dos meios para fazer as escolhas que lhe fossem construtivas.

O projeto recorreu a métodos e técnicas educativas na discussão de temáticas complexas, que abriram espaço, colocaram em discussão e ofereceram o caminho para que o grupo de profissionais atuantes na escola – a partir de seus medos e tabus e do contexto

próprio de cada escola – pudesse ter o preparo intelectual necessário para lidar com temas polêmicos e consolidar uma prática coerente (São Paulo, 1992). Talvez tenha sido esse encaminhamento metodológico que permitiu a flexibilidade para incorporar, ao longo do tempo, novos profissionais e novos posicionamentos.

Na fala dos supervisores e professores

Concepção sobre drogas

No geral, notamos um discurso sobre drogas entre supervisores e professores sem dissonâncias significativas, muito embora, entre alguns professores, ainda permanecessem algumas idéias preconcebidas, que pareciam fortemente arraigadas como foi o caso do “perfil do usuário” – visão que uniformiza todos os usuários de drogas, em geral, como fracos, estranhos, com problemas familiares etc. Note-se que o temor com relação à abordagem do tema e o grande preconceito contra o usuário se encontravam arrefecidos, sugerindo que o projeto tendeu a colaborar na desconstrução do estigma e na contextualização do uso e do usuário.

As concepções errôneas difundidas em todos os meios como a “dependência automática das drogas”, ou a falta de compreensão sobre as diferentes relações com as drogas – que vão da experimentação até o uso descontrolado e dependente (Nowlis, 1980; Bucher, 1992) – não apareceram nos discursos dos professores.

Os supervisores trabalharam com os pólos do tripé: drogas-indivíduo-contexto, fornecendo elementos para compreender como as questões psicológicas ligadas à adolescência poderiam tornar vulneráveis os jovens para fazer um uso prejudicial de drogas. As questões que diferenciavam os adolescentes de acordo com sua inserção social foram trabalhadas, contudo, com maior dispersão e de modo menos sistemático. Assim, apesar de o projeto ter adotado a fundamentação teórica da “síndrome da adolescência normal”¹⁰, notamos esforços evidentes no sentido de contextualizar a adolescência a partir das influências e das determinações socioeconômicas e culturais dos jovens estudantes para o uso de drogas (Velho, 1994b; Zaluar, 1996).

A equipe de supervisores criticava conceitos negativos de adolescente, tendo desenvolvido um modelo positivo de adolescente. A predominância desse modelo positivo tinha a função de combater o negativo que parece cristalizado no meio educacional.

Se as questões de natureza macrossocial eram, de um lado, conhecidas e consideradas pelos supervisores, por outro lado, entre os professores, elas apareceram de maneira menos elaborada e mais dispersa. Interessavam-se eles pelos aspectos microssociais – especialmente por aqueles aspectos referentes às relações familiares –, levando a crer que

10. Tal se refere à elaboração teórica psicanalítica de Aberastury e Knobel (1992), que considera as transformações da adolescência como fenômenos universais.

suas experiências concretas ou que o conteúdo de suas informações enveredaram nesse sentido e que as ponderações sobre o papel das forças estruturais tratava-se de tarefa mais abstrata.

A construção teórica adotada pelo projeto (adolescência-fase de transição-vulnerabilidade-drogas) ofereceu aos professores uma certa tranquilidade para encarar os redemoinhos dessa transição. Criou um *racionale* que parece responder à ansiedade que está embutida entre os educadores: "o que está acontecendo?"; "o que há de errado com eles?"; "por que se comportam dessa maneira?"; "por que são tão agressivos?"; "por que não querem aprender?" Tratava-se, na verdade, da busca de "bom senso" sobre o assunto, que se perdeu por várias razões e acabou formalizando-se em "senso comum", carregado de mitos e preconceitos.

A relação entre drogas e Aids

Os supervisores titubeavam ao tratar da questão das drogas injetáveis no âmbito da escola, não deixando clara a estratégia a ser seguida. Informavam sobre os riscos de contrair Aids através do uso de drogas injetáveis em resposta à demanda dos estudantes sobre o assunto, reiterando a secundarização dessa questão no âmbito da prevenção exercida nas escolas. Compreendiam essa demanda dos escolares muito mais como uma curiosidade associada ao tema, do que uma necessidade baseada em suas experiências concretas de vida.

Assim, quando se particularizou a questão para o uso específico de drogas injetáveis, o que se percebeu é que a matéria era considerada como secundária no escopo da prevenção nas escolas, uma vez que na experiência do cotidiano escolar, não se havia encontrado casos freqüentes de uso de drogas injetáveis e que o projeto se baseava nos levantamentos estatísticos de uso de drogas entre escolares, anteriormente citados.

Concepções e objetivos da prevenção

Os professores sentiram que o projeto respondia às suas necessidades de motivação, tanto para poder enfrentar o encaminhamento pedagógico apropriado para lidar com a temática, quanto para compor e desenvolver projetos educacionais que não fossem convencionais e repetitivos.

Os educadores estavam convencidos de que a capacitação conseguia mobilizá-los para pensar intensamente nos temas propostos num clima que encorajava a participação e permitia um ambiente favorável para entender os processos que estão em jogo na relação dos indivíduos com as drogas. São processos complexos que não podem ser facilmente enquadrados em um formato de curso tradicional.

O apoio desses professores ao projeto, no entanto, não pareceu ser suficiente para arrefecer as dificuldades e barreiras na sua implementação. Essas questões estavam relacionadas, como muito bem atestado pelos supervisores e professores, à situação do ensino

público no Estado de São Paulo: obstáculos para que o professor possa ausentar-se para ser capacitado; problemas com a migração dos profissionais da escola e de toda a estrutura educacional; problemas com greves – principalmente relacionadas aos baixos salários – e assim por diante.

O “bom senso” procurado precisava ser cultivado, ele não podia simplesmente crescer da experiência, cuja interpretação e leitura são permeadas pelo discurso predominante – moralista e controlador (Bucher, Oliveira, 1992; Carlini-Cotrim, 1992; Acserald, 1989), ele requeria que se mobilizassem as emoções, que se questionassem aqueles conhecimentos convencionais e alastrados, que se desconfiasse das lógicas simplistas e das generalizações. Isto precisava ser cultivado no cotidiano da escola. A capacitação e o acompanhamento pareciam suprir essa dimensão.

O projeto pretendia a instalação de uma maneira diferenciada de fazer prevenção nas escolas que refletia, na verdade, uma contraposição ao modelo dominante de guerra às drogas. Essa concepção que, como vimos anteriormente, vem sendo gestada em todo o mundo, inclusive no Brasil, tem sido mais bem representada pelo conjunto de conceitos e atividades do movimento de redução de danos. Essa tendência também influenciou os participantes do projeto.

De fato, a análise do material mostra que o projeto constituiu-se em algo alternativo à prevenção primária que tem historicamente seguido os cânones da guerra às drogas e objetivando prevenir todo e qualquer uso de drogas, com a utilização de mecanismos amedrontadores e de meias-verdades (Carlini-Cotrim, 1992; Acserald, 1989; Bucher, Oliveira, 1994) pautadas pelo exagero e pela desclassificação do usuário como um ser inferior, “uma criatura não muito humana” (Goffman, 1963). Os efeitos visíveis desse movimento foram um esforço de compreensão e o cultivo à tolerância.

O que estava mais diretamente ligado à terminologia redução de danos referia-se à prevenção da Aids, adquirida pelo compartilhamento de seringas e agulhas por ocasião da prática de injeção de drogas. Tal constituição é coerente com o fato de essa concepção, com essa roupagem, estar sendo reavivada em todo o mundo e ter entrado no Brasil no contexto da prevenção da Aids (Mesquita, 1994).

Na fala da população-alvo: os adolescentes escolares

Concepção sobre drogas

Para aqueles escolares que se envolveram com as atividades do projeto, o assunto drogas parecia familiar e desencadeou uma postura aberta em relação ao tema. Mostravam-se aptos a conversar, já haviam feito isso antes, sabiam o caminho.

A representação negativa das drogas estava presente, mas os estudantes mostravam compreensão, tolerância e, por vezes, solidariedade para com os usuários de drogas, afinal, o usuário de drogas, compreendiam, poderia ser qualquer um deles.

Para esses adolescentes, o esforço de dar explicações mais gerais ligadas ao funcionamento da estrutura da sociedade era notadamente elaborado. Uma interpretação para isso é a possibilidade de já ter feito um exercício nesse sentido.

A relação drogas e Aids

No que se refere à Aids relacionada ao uso de drogas, o grupo de adolescentes demonstrava saber como se processa a transmissão do HIV, comentando inclusive sobre estratégias de redução de danos.

Concepções e objetivos da prevenção

Os adolescentes envolvidos com o projeto confiavam que a prevenção, a partir da escola, surtiria efeitos importantes. Sua experiência e sua vivência com o projeto trouxeram elementos positivos para essa análise. Condenavam a prevenção tradicionalmente utilizada, mas acreditavam que pudesse haver atividades educacionais para prevenir o uso de drogas e a Aids.

Os grupos consideraram importante que os adolescentes participassem da prevenção, porque mostravam-se desconfiados dos adultos e das mensagens veiculadas. Achavam que, entre si, poderiam falar de seus sentimentos e preocupações de uma maneira mais aberta, sem sofrer recriminação.

Os grupos propuseram que a prevenção fosse feita de maneira dinâmica, utilizando as formas e linguagem de comunicação que o jovem entende e gosta: a música (como o *rap*, por exemplo), a TV, o cinema, a mídia de maneira geral. Falavam em fazer “coisas divertidas”, em fazer parte do movimento das coisas. A formação de grupos e a possibilidade de ter contato com os pares foram relevadas. Os estudantes aprovaram as atividades ligadas ao projeto das quais participaram: dramatizações, jogos, discussões e outras estratégias pedagógicas que requisitavam a participação ativa dos adolescentes; falavam em sair para a comunidade, em atividades de rua, em repassar seus conhecimentos para outras escolas mostrando compromisso e engajamento.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os debates e as mensagens sobre drogas que têm dominado a vida pública informam sobre um adolescente passivo e frágil que é levado a cometer atos impensados por se relacionar com a droga de maneira descontrolada. O resultado dessa química – que acusa o “drogado” de que fala Velho (1994a), pelos males da sociedade – é a produção virtual de um “teleguiado” que é dominado pelos efeitos da entidade droga. Não há contexto ou relativização. Não existem várias maneiras de se relacionar com a droga. O modelo é bipolar: ou **não usa** ou **usa descontroladamente**. A droga é sempre a mesma: **um “mal” poderoso que toma conta das mentes passivas**. Predominam as posições da abordagem da guerra às drogas.

Os professores do projeto aqui analisado informaram que **a capacitação lhes provê segurança para trabalhar com os escolares**, mas não pareciam impressionados com a informação atualizada que poderiam obter; avaliaram positivamente um momento organizado no qual é possível **resgatar ou reconstruir a natureza complexa que o uso de drogas significa**.

A nossa visão, por referência às considerações deste estudo, continua a conceber a **escola como um locus privilegiado e importante para fazer a prevenção**, até porque a escola continua a ser uma agência de socialização referencial para o jovem¹¹. Mas entendemos que a escola deve afastar-se de cânones inflexíveis e deslocar-se de suas paredes para **atingir a fala e o ritmo das várias adolescências da cidade**, deve incorporar suas necessidades a partir dos seus cotidianos.

Esse é o princípio da educação contextualizada. Para tal, é preciso haver educadores aptos a **fazer um diagnóstico da sua escola**. Nesse sentido, avaliamos positivamente as orientações do Escola é Vida para que cada escola olhasse para sua realidade e fizesse levantamentos dos problemas que afligem sua população de escolares. **Há necessidade de fornecer aos professores os elementos gerais que possam orientá-los a compor projetos educacionais específicos e utilizar instrumentos pedagógicos apropriados a essas realidades específicas**.

A escola pode ser um local privilegiado para atingir o adolescente, mas a utilização de fórmulas desgastadas ou os discursos descolados da realidade desses jovens somente têm colaborado para seu afastamento. A escola não pode estranhar o comportamento dos seus estudantes. Se sua tarefa é a formação desses escolares, ela deve **reconhecer esses comportamentos** em primeiro lugar, para, em seguida, **procurar caminhos para lidar com esses comportamentos** e não fazer de conta que eles não existem ou que eles são de outra natureza como a “falta de educação” ou a “falta de respeito”, por exemplo.

Da mesma forma, a cristalização em torno de soluções simplistas que se baseiam em tarjas como “o adolescente” ou “o pobre” trata de retirar de cena as várias faces dos vários adolescentes pobres, podendo assim racionalizar de maneira simplificada a questão. Julgamos que o Escola é Vida chamou a atenção para esses aspectos e acabou influenciando positivamente a postura dos educadores.

Os programas devem ser elaborados e implementados com a participação dos adolescentes. As programações escolares que são elaboradas de cima para baixo, sem a participação ativa dos que se encontram na linha de base, na nossa visão, têm maiores chances de ser inoperantes. Como constatamos na pesquisa ao perguntarmos aos adolescentes focalizados “o que fazer”, eles tinham muito a dizer e sentiam-se aptos a

11. A maior parte dos adolescentes entrevistados dá conta da importância que a escola tem na sua vida, não como “aparelho de ensino” que promete a formação educacional, mas como meio de socialização: “ponto de encontro”, possibilidade de sentir-se seguro e entre iguais, falar a mesma língua.

participar. **Aqueles adolescentes que participaram ativamente na organização de atividades em sua escola mostraram-se comprometidos, tanto com os ideais do projeto como com seus pares.**

A discussão de temas como os direitos civis, a ética, a ecologia e a solidariedade, cunhados de inespecíficos pelo projeto que analisamos, repercutiu positivamente entre os educadores e alunos, pois são temas que dizem respeito à problemática dos dias atuais. **Os alunos devem aprender a orientar-se no contexto dos direitos sociais para poder apontar as responsabilidades sociais e defender ativamente seus direitos e convicções.**

Não acreditamos que isso possa ser feito como num passe de mágica, em algumas horas, e pronto, o Estado cumpre a sua obrigação e a sociedade sente-se aliviada. Não acreditamos em propostas de fachada que querem somente dar conta de responder à demanda por programas. A multiplicação do saber sobre drogas e sobre os problemas que afligem os jovens da cidade contemporânea merece mais do que a *mise-en-scène*. **É preciso consubstanciar as práticas, garantir a sua operacionalização e monitorá-las.** A formação de multiplicadores está certamente entre as tarefas a serem enfrentadas de maneira responsável pelas políticas públicas.

Não estamos aqui nos propondo a banalizar a questão da droga porque, como vimos, ela é complexa e não se trata de simplificá-la. Defendemos que **o papel dos pesquisadores e técnicos deva ser o de sustentar as várias verdades sobre as drogas, dentro de um clima desmistificador e sem alarmismos.**

Recomenda-se que a escola **se abra às diferenças individuais para diluir o estigma que funciona como marca diferencial arbitrária.** Pensando que forja segurança para a vida moderna, ao enquadrar o adolescente em seus modelos preconcebidos, aniquila as diferenças individuais, pasteuriza as relações e imobiliza qualquer iniciativa. Manter a idéia de que os usuários de drogas são pessoas disruptivas e destruidoras da sociedade em nada ajuda a prevenção porque afasta os usuários das instituições sociais reforçando a distância social e o estigma.

O fato de o projeto ser avaliado positivamente pelos estudantes que tiveram contato com ele é importante nesse sentido. Mostra que conseguiram interlocução, ficaram mobilizados, sentiram-se bem, participantes. **Em relação à droga, situaram-se num patamar menos preconceituoso, mais tolerante, por vezes, solidário.**

A descontinuidade dos programas, o descaso dos administradores públicos e a reorientação de natureza político-administrativa têm colocado sobre a escola o ônus do descompromisso, e sobre a comunidade escolar o desânimo. O efeito dessa situação sobre a formação dos jovens pode ser bastante perverso.

Advogamos que faz parte do processo de entendimento da realidade o entendimento das questões macrossociais a serem enfrentadas. A criminalização da droga e do tráfico, as desigualdades sociais, a política e o papel das instituições devem ser enfrentados

e discutidos junto ao escolar. **Os estudantes que participaram de atividades do projeto, ora analisado, mostraram compreender as análises macrosociais reveladoras do enorme peso que a circulação da mercadoria droga impõe, especialmente sobre aqueles que figuram do lado mais fraco das desigualdades sociais.**

Tais análises fornecem os elementos para que, de um lado, as políticas públicas considerem seriamente o tema da discussão: descriminalização do usuário e da droga, fomentando a participação da sociedade como um todo. De outro, que considerem a importância das desigualdades sociais na determinação das trajetórias de vida desses adolescentes.

Vimos que a perspectiva da redução de danos é apresentada como uma alternativa aos pressupostos e mecanismos de atuação da guerra às drogas. Devemos, no entanto, cuidar para não vê-la como a panacéia para os problemas relacionados ao uso de drogas. Se é certo que, no plano político, a redução de danos responde por um conjunto de ações que deixam de desprezar os usuários de drogas para tratá-los no mesmo plano que outros cidadãos com seus direitos e deveres sociais, é certo, também, que não se pode desobrigar a sociedade de caminhar para a mudança de condições de vida dos nossos jovens que lhes garanta uma existência social plena.

Não achamos que devemos titubear com relação à prevenção da Aids, nem no âmbito da escola, nem em qualquer âmbito. Seja ou não o adolescente um usuário de drogas injetáveis, devemos ter em mente que ele pode vir a ser e que ele deve estar alerta para os problemas que podem advir do seu uso. Além disso, não há realidades tão isoladas e estáticas. As iniciativas locais contribuem para a disseminação de informação em outros meios de contato que o jovem possa ter no processo de socialização. As oportunidades de contato de adolescentes que trafegam por vias marginais da sociedade com o conhecimento ou suporte são precárias ou inexistentes. Como já tentamos frisar antes, o diagnóstico das realidades específicas das escolas, das comunidades, e de outras instituições sociais deve fornecer subsídios para determinar as estratégias prioritárias.

De maneira geral, poderíamos dizer que o projeto analisado objetiva uma formação mais abrangente que possa dar elementos para que os adolescentes façam escolhas em favor de seu desenvolvimento pleno como sujeitos. Assim, no nosso entender, **ele se insere numa perspectiva ampliada de redução de danos, avança em relação aos modelos de prevenção tradicionalmente levados a cabo na escola e se contrapõe à perspectiva de guerra às drogas.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERASTURY, A., KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- ACSERALD, G. *Os Discursos preventivos sobre o uso de drogas e as potencialidades dos*

- educadores na prevenção primária: relato de uma experiência.* Rio de Janeiro, 1989. Dissert. (mestr.) Fundação Getúlio Vargas.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. *Programa valorização da vida.* Brasília: Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho; Ministério da Educação, 1990.
- BASTOS, F. I. *Ruína e reconstrução: AIDS e drogas injetáveis na cena contemporânea.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- BASTOS, I. F., MESQUITA, F., MARQUES, L. F. *Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública.* Brasília: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids, 1998.
- BECKER, H. S. Consciência, poder e efeito da droga. In: BECKER, H. S. (ed.). *Uma teoria da ação coletiva.* Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- _____. *Outsiders: studies in the sociology of deviance.* New York: Free Press, 1973.
- BENENSON, A. S. *Control of communicable diseases in man.* 15. ed. Washington, DC: American Public Health Association, 1990.
- BERRIDGE, V. Harm minimisation and public health: an historical perspective. In: HEATHER, A et al. (eds.). *Psychoactive drugs and harm reduction: from faith to science.* London: Whurr, 1993. p.55-64s.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Brasil: diretrizes para uma política educacional de prevenção ao uso de drogas.* Brasília, 1994. [Fórum de especialistas sobre a redução da demanda ao uso indevido de drogas na América Latina]
- BUCHER, R. *Drogas e drogadição no Brasil.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- _____. UDI's na política preventiva ao HIV-AIDS. In: CZERESNA, E.M., SANTOS, R., MONTEIRO, S. (orgs.). *AIDS – pesquisa social e educação.* São Paulo: Hucitec, 1995.
- BUCHER, R., OLIVEIRA, S. O Discurso do “combate às drogas” e suas ideologias. *Revista de Saúde Pública*, v. 28, n.2, p. 137-45, 1994.
- BUZZI, C. Transgressione, devianza e droga. In: CAVALLI, A., LILLO, A. (eds.). *Giovanni anni 90.* Bologna: Il Mulino, 1993. p.179-204.
- CARLINI-COTRIM, B. *A Escola e as drogas: realidade brasileira e contexto internacional.* São Paulo. 1992. Tese (dout.) Departamento de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica.
- CARLINI-COTRIM, B. et al. A Mídia na fabricação do pânico de drogas: um estudo no Brasil. *Comunicação e Política*, v. 1, n.2, p. 217-30, 1995.

- CHOMSKY, N. Drug war industrial complex interview with Noam Chomsky. *High Times Magazine*, April 1998 [online]. Internet <http://www.mapinc.org/drugnews/98.n258.a07.html/all>.
- COHEN, J. Achieving a reduction in drug-related harm through education. In: HEATHER, A. et al. (eds.). *Psychoactive drugs and harm reduction: from faith to science*. London: Whurr, 1993. p.65-76.
- DES JARLAIS, D.C.; FRIEDMAN, S.R. AIDS, injecting drug use and harm reduction. In: HEATHER, A. et al. (eds.). *Psychoactive drugs and harm reduction: from faith to science*. London: Whurr, 1993. p.297-309.
- DUNCAN, D. et al. Harm reduction: an emerging new paradigm for drug education. *Journal of Drug Education*, v. 24, n. 2, p. 281-90, 1994.
- EHRENBERG, A. *Individus sous influence: drogues, alcools, médicaments psychotropes*. Paris: Éditions Esprit, 1991.
- ESCOHOTADO, A. *História de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial, 1992. 3v.
- GALDURÓZ, J.C.F et al. *III Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º grau em 10 capitais brasileiras*: 1993. São Paulo: CEBRID; EPM; União Européia, 1994.
- _____. *IV Levantamento sobre o uso de drogas entre estudantes de 1º e 2º grau em dez capitais brasileiras*: 1997. São Paulo: CEDRID; UNIFESP; União Européia, 1997.
- GOFFMAN, E. *Stigma*. Englewood Cliffs (NJ): Prentice Hall, 1963.
- HENMAN, A. A Guerra às drogas é uma guerra etnocida. In: ZALUAR, A. (org.), *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. Brasiliense: São Paulo, 1994, p.47-81.
- MCDERMOTT, P. et al. Ecstasy in the United Kingdom: recreational drug use and subcultural change. In: HEATHER, A. et al. (eds.). *Psychoactive drugs and harm reduction: from faith to science*. London: Whurr, 1993. p.230-44.
- MESQUITA, F. Perspectivas das estratégias de redução de danos no Brasil. In: MESQUITA, F., BASTOS, F. I. (orgs.). *Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994. p.169 -80.
- MORGAN, J. P., RILEY, D., CHESHER, G. B. Cannabis: legal reform, medicinal use and harm reduction. In: HEATHER, A. et al. (eds.). *Psychoactive drugs and harm reduction: from faith to science*. London: Whurr, 1993. p. 211-29.
- MUSTO, D. *American disease: origins of narcotic control*. Oxford: Oxford University Press, 1987.

- NOTO, A. R. et al. *III Levantamento sobre o uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua de cinco capitais brasileiras*: 1993. São Paulo: CEDRID; Unifesp; União Européia, 1994.
- _____. *IV Levantamento sobre o uso de drogas entre meninos e meninas em situação de rua de seis capitais brasileiras*: 1997. São Paulo: CEDRID; Unifesp; União Européia, 1998.
- NOWLIS, H. *La Drogue démythifiée: drogue et éducation*. (2. ed.). Paris: Unesco, 1980.
- O'CONNOR, J., SAUNDERS, B. Drug education: an appraisal of a popular preventive. *The International Journal of the Addictions*. v. 27, n.2, p. 165-85, 1992.
- O'HARE, P. Redução de danos: alguns princípios e ação prática. In: MESQUITA, F.; BASTOS, F.I. (orgs.). *Drogas e AIDS: estratégias de redução de danos*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 65-78.
- OLIEVENSTEIN, C. *A Droga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PARLETT, M., HAMILTON, D. Avaliação iluminativa: uma nova abordagem no estudo de programas inovadores. In: GOLDBERG, M., SOUZA, C. P. (orgs.). *Avaliação de programas educacionais: vicissitudes, controvérsias e desafios*. São Paulo: EPU, 1982. p.38-45.
- RHODES, T. Culture, drugs and unsafe sex: confusion about causation. *Addiction*. v.91, n. 6, p.753-8, 1996.
- SÃO PAULO (Estado). Governo. Fundo Social de Solidariedade. *Programa permanente de prevenção ao uso indevido de drogas (PPP): ações preventivas*. São Paulo, 1993.
- SÃO PAULO (Estado). Leis, Decretos etc. Lei n. 9.758 de 17 de setembro de 1997. Autoriza a Secretaria de Estado da Saúde do Estado de São Paulo a distribuir seringas descartáveis aos usuários de drogas.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. *Escola é vida*. São Paulo, 1992.
- SAUNDERS, N. *E for ecstasy*. Washington, 1997. [on line] Cap.5: Who takes Ecstasy? Internet: < <http://ecstasy.org/e4x/e4x.ch.05.html> > (30 maio 1997)
- SIQUEIRA, M. J. A Prevenção e a escola. In: INEM, C., ACSERALD, G. (orgs.). *Drogas: uma visão contemporânea*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 25-30. [1ª Jornada sobre toxicomania do NEPAD/UERJ]
- SOARES, C.B. *Adolescentes, drogas e AIDS: avaliando a prevenção e levantando necessidades*. São Paulo, 1997. Tese (Dout.) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- STRANG, J. Drug use and harm reduction: responding to the challenge. In: HEATHER, N.

et al. (eds.). *Psychoactive drugs and harm reduction: from faith to science*. London: Whurr, 1993. p. 3-20.

VELHO, G. A Dimensão cultural e a política do mundo das drogas. In: ZALUAR, A. (org.). *Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos*. São Paulo: Brasiliense, 1994b. p.23-30.

_____. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: VELHO, G. (org.). *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a. p.55-64.

WHO Collaborative Study Group. An international comparative study of HIV prevalence and risk behaviours among drug injectors in 13 cities. *Bulletin on Narcotics*, v. 45, n. 1, p. 19-46, 1993.

ZALUAR, A. *Da revolta ao crime S.A.* São Paulo: Moderna, 1996.

ZINBERG, N. *Drug, set and setting: the basis for controlled intoxicant use*. New Haven: Yale University Press, 1984.